

## **REQUERIMENTO**

(Do Sr. Claudio Cajado)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo que o Ministério das Relações Exteriores promova gestões junto à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela com finalidade de que seja autorizada a presença de observadores internacionais, em particular da Organização dos Estados Americanos, nas eleições legislativas a serem realizadas em 6 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 113, inciso I, e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo que o Ministério das Relações Exteriores promova gestões junto à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela com finalidade de que seja autorizada a presença de observadores internacionais, em particular da Organização dos Estados Americanos, nas eleições legislativas a serem realizadas em 6 de dezembro do corrente ano.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado CLAUDIO CAJADO

## **INDICAÇÃO Nº , DE 2015**

Sugere que o Ministério das Relações Exteriores promova gestões junto à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, com finalidade de que seja autorizada a presença de observadores internacionais, em particular da Organização dos Estados Americanos, nas eleições legislativas a serem realizadas em 6 de dezembro de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidente da República, dirijo-me a Vossa Excelência para expor e sugerir o seguinte:

Conforme tem sido amplamente noticiado, diversos organismos internacionais vêm encontrando dificuldades para obter autorização do Governo da República Bolivariana da Venezuela, com o objetivo de participar, na condição de observadores, das eleições legislativas a serem realizadas em 6 de dezembro próximo nesse País sul-americano.

As negativas de autorização do Governo venezuelano atingem tanto indivíduos, como o ex-Ministro da Justiça Nelson Jobim, cujo nome fora indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral para integrar a missão de observadores da Unasul, como também organizações internacionais de prestígio regional.

O veto implícito à indicação de Nelson Jobim causou desconforto nas relações diplomáticas bilaterais, sobretudo após a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de não indicar substituto para o ex-Ministro. Buscando solucionar o problema, em 6 de novembro último, sem revelar nomes, o Ministro das Relações Exteriores informou que o Brasil enviará representantes para compor a missão de observadores da Unasul.

Se a questão da indicação de observadores brasileiros nas eleições venezuelanas está aparentemente superada, o mesmo não se

pode afirmar quanto à participação de organizações internacionais. Nesse contexto, é preciso destacar que em 20 de outubro do corrente ano, o Governo da Venezuela recusou proposta da Organização dos Estados Americanos para acompanhar o referido pleito eleitoral.

É inegável que a Venezuela vem passando por uma crise econômica gravíssima. Informe do Fundo Monetário Internacional, de outubro último, revela uma economia em decomposição, com inflação descontrolada e redução da atividade econômica. De acordo com o FMI, a queda do PIB para 2015 é estimada em 10% (com previsão de declínio de 6%, em 2016). É, sem dúvida, o pior desempenho entre todos os países da América Latina e um dos piores do mundo.

Os problemas econômicos são agravados por uma crise política, cujos sinais mais evidentes são as prisões de opositores ao governo, como a de Leopoldo López, condenado em setembro do corrente ano a 13 anos e 9 meses e 7 dias de prisão por supostamente promover a violência nos protestos ocorridos em 2014, bem como a detenção, em 19 de fevereiro, do prefeito de Caracas e líder opositorista, Antonio Ledezma, acusado de envolvimento em uma alegada tentativa de golpe de Estado.

Num cenário tão conturbado, é conveniente que organizações internacionais de inegável prestígio possam atuar como observadores nas próximas eleições legislativas. Conforme declarou, recentemente, Luis Almagro, Secretário-Geral da OEA, “seria importante para todos os venezuelanos que uma organização como a OEA garantisse de uma maneira fidedigna o resultado e que evitasse qualquer conflito posterior”.

Em face do exposto, sugerimos que o Ministério das Relações Exteriores promova gestões junto à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, no sentido de que esse País reconsidere a decisão de vetar a participação da Organização dos Estados Americanos, como observadora, nas eleições de 6 de dezembro próximo, bem como autorizar a participação de outros observadores internacionais, com o fim de garantir a transparência, a qualidade e a integridade do processo eleitoral vindouro.

Sala da Comissão,      em      de 2015.

Deputado CLAUDIO CAJADO